



## Congresso vota vetos a Funrural e Refis de pequenas empresas

Veto de Temer ao perdão da multa sobre dívidas de produtores rurais é um dos itens da pauta da sessão conjunta marcada para amanhã

O Congresso Nacional faz sessão amanhã à tarde para analisar vetos do presidente Michel Temer a propostas aprovadas pelos parlamentares. Dois deles terão prioridade na votação, afirmou o presidente do Senado, Eunício Oliveira: o veto parcial a trechos do projeto que institui o Programa de Regularização Tributária Rural para débitos com o Funrural e o veto total ao que cria um Refis para pequenas e microempresas.

Outra sessão será marcada para o dia 10 para a votação de outros vetos, como o que atinge o projeto de reformulação da carreira de agentes comunitários de saúde. **3**



Eunício comanda reunião do Congresso no Plenário da Câmara, em fevereiro: na sessão de amanhã, senadores e deputados deverão avaliar pauta com 16 vetos

Jonas Pereira/Agência Senado - 20/2/2018

### ARQUIVO **S**

#### Há 180 anos, morria Bonifácio, o Patriarca da Independência

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que José Bonifácio de Andrada e Silva teve uma carreira política brilhante, porém

breve. Conselheiro de Pedro I e tutor de Pedro II, sua ascendência sobre a Coroa despertou a inveja dos adversários, que conseguiram derrubá-lo duas vezes. **4**



Estátua de Bonifácio em Nova York: carreira política e científica

#### Kátia Abreu passa a integrar bancada de senadores do PDT

O comunicado de filiação partidária da senadora Kátia Abreu (TO) ao PDT foi lido em Plenário na quarta-feira.

A senadora estava sem partido desde novembro,

quando foi expulsa do PMDB, por decisão do Conselho de Ética do partido, por não seguir orientações partidárias e criticar o governo do presidente Michel Temer. **2**

#### Senadores protestam contra tiros a caravana de Lula



No Plenário, Cristovam pede a realização de sessão temática sobre intolerância

Os tiros disparados contra a caravana do ex-presidente Lula, no Paraná, e as ameaças à família do relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, geraram protestos em Plenário, na quarta-feira. Cristovam Buarque e Vanessa Grazziotin pediram que o Senado faça uma sessão temática, suprapartidária, para discutir a intolerância política.

Em entrevista, o presidente da Casa, Eunício Oliveira, classificou os dois casos como ameaças à democracia. **3**

#### Especialistas criticam legislação comercial

Ouvidos em audiência pública na comissão que analisa a reforma do Código Comercial, convidados criticaram as leis, que, segundo eles, dificultam em muito a atividade das

empresas. Conflitos entre normas, decisões judiciais divergentes e exigências "absurdas" das juntas comerciais de cada estado foram os principais problemas apontados. **2**



Erik Oioli, Pedro Chaves, Uinie Caminha e Marcelo Barreto participam da discussão sobre como melhorar as normas

Waldemir Barreto/Agência Senado

# Burocracia atrasa criação de empresas, aponta debate

Convidados da comissão que analisa a reforma do Código Comercial disseram que conflitos na lei e nas decisões judiciais, além de “exigências absurdas” das juntas comerciais, dificultam a vida de empreendedores

A COMISSÃO TEMPORÁRIA para Reforma do Código Comercial ouviu em audiência na quarta-feira especialistas criticarem a burocracia e o excesso de exigências para criação, manutenção e fechamento de empresas no Brasil. Eles apontaram conflitos entre as diversas leis sobre a questão e ainda entre as decisões dos tribunais, assim como a prática de as juntas comerciais fazerem exigências absurdas e diferentes em cada estado. O debate fez parte da série de 11 audiências públicas pro-

posta pelo relator da comissão, Pedro Chaves (PRB-MS), para debater dois projetos de lei do Senado que reformam o Código Comercial: os PLSs 223/2013 e 487/2013. O senador estima apresentar a primeira versão do relatório em 13 de junho.

Para os convidados — os professores Uínie Caminha e Erik Oioli e o advogado Marcelo Barreto —, é fundamental que o Senado vote logo a reforma, pois o direito comercial brasileiro está obsoleto e confuso.

Questionada por José Me-deiros (Pode-MT) se o Brasil é amigável para as empresas, Uínie lembrou que o país está muito mal colocado no relatório anual *Doing Business*, do Banco Mundial. O país ocupa a 125ª posição entre 190 nações.

Oioli contou, por exemplo, que a legislação dificulta a captação de recursos e que a intermediação dos bancos gera um alto custo adicional.

Por sua vez, o advogado Marcelo Barreto, da Confederação Nacional do Comércio, apresentou um estudo com propostas para modernizar e simplificar a legislação. O trabalho tomou como base o PL 1.572/2011, da Câmara dos Deputados, que também altera o Código Comercial.

Dário Berger (PMDB-SC) criticou o fato de que o mesmo nível de exigências é feito às empresas de grande porte e aos micros, pequenos e médios empreendimentos.



Oioli, Dário Berger, Uínie e Barreto participam da audiência pública

## Valadares: pressão de bancadas adiou fim de fábricas

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comentou a decisão da Petrobras de adiar para 31 de outubro o fechamento das fábricas de fertilizantes em Sergipe e na Bahia. O adiamento, disse, foi fruto da pressão das bancadas dos dois estados.

— Para dourar a pílula, o governo resolveu adiar o fechamento dessas duas fábricas para após as eleições.

## Cássio critica taxas da Caixa cobradas de prefeituras

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou a decisão da Caixa de elevar, de 2,5% para até mais de 10%, as taxas de administração cobradas das prefeituras por contratos com os ministérios e financiados com recursos de emendas parlamentares.

— Precisamos exigir da Caixa e do Ministério do Planejamento uma revisão desse tarifaço.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Autismo

9h30 Audiência interativa sobre o dia Mundial de Conscientização do Autismo.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão de pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

CDH Embraer

15h Audiência interativa sobre o pacote de privatizações, com foco na Embraer.

CRE Eleições na América Latina

18h Dentro do ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional, discussão sobre as eleições na América Latina.

TERÇA

ESTATUTO DO TRABALHO Inspeção

9h Audiência sobre inspeção do trabalho. Às 14h, apresentação de textos e discussão do esboço do anteprojeto.

CAE Petróleo e gás natural

10h Na pauta de 15 itens, o PLC 66/2011, sobre os guarda-vidas. Logo após, relatório de avaliação de políticas públicas nos setores de petróleo e gás natural.

CRA Ministro do Planejamento

11h Audiência com Dyogo Oliveira sobre o escoamento da produção agrícola.

CE Dia do Estagiário

11h30 Entre os 12 itens, o PLS 305/2017, que institui o Dia Nacional do Estagiário.

CMA Usinas termonucleares

11h30 O PLS 405/2011, que suspende por 30 anos a construção de novas usinas termonucleares, é um dos 13 itens.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Debate

14h30 Audiência sobre assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

SEGUNDA

MP 809/2017 Legislação do ICMBio

14h30 Análise do relatório.

MP 810/2017 Setor de informática

14h30 Análise do relatório.

MP 814/2017 Setor elétrico

14h30 Audiência pública com representantes da Eletrobras Amazonas e do Dieese, entre outros.

MP 817/2018 Servidor de ex-territórios

14h30 Análise do relatório.

CONGRESSO Vetos

14h30 Sessão conjunta para deliberação dos Vetos 44 a 50, de 2017 e 1 a 9, de 2018.

QUARTA

CAS Intérprete judicial

9h Entre 16 itens, o PLC 73/2011, que trata do pagamento de intérprete judicial.

CDR Trens urbanos

9h Audiência sobre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Após, 8 itens.

MP 819/2018 Basílica na Palestina

10h Continuação de análise de relatório.

CCJ Conselho do Ministério Público

10h Indicação de Valter Shuenquener de Araújo para o CNMP. Depois, 27 itens.

CTFC Apelo ao consumo

11h Entre 6 itens, o PLC 106/2017, que proíbe o apelo ao consumo nos estabelecimentos da educação básica.

MP 814/2017 Energia elétrica

14h30 Debate com a Aneel, entre outros.

MP 811/2017 Hidrocarbonetos

15h Audiência com representante do Ministério do Planejamento, entre outros.

QUINTA

CAS Instituições filantrópicas

9h Audiência interativa sobre a relevância das instituições filantrópicas.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## Kátia Abreu passa a integrar a bancada do PDT

Foi lido em Plenário na quarta-feira o comunicado de filiação partidária da senadora Kátia Abreu (TO)

ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Ela estava sem partido desde novembro, quando

foi expulsa do PMDB por não seguir orientações do partido e criticar o governo de Michel Temer.

## Raupp pede fim da greve dos professores de RO

Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou na quarta-feira ao governo e aos professores de Rondônia para que negociem o fim da greve, iniciada em fevereiro.

Na terça-feira, ele pediu que o BNDES volte a investir para diminuir as desigualdades regionais, depois de mostrar que o banco emprestou quase R\$ 150 bilhões a menos nos últimos dois anos.



Pedro França/Agência Senado

## Moka comemora projeto para ponte Brasil-Paraguai

Waldemir Moka (PMDB-MS) comemorou o andamento da proposta, aprovada na Comissão de Relações Exteriores, para a construção de uma ponte sobre o Rio Paraguai, entre as cidades de Porto Murinho (MS) e Carmelo Peralta, no Paraguai (PDS 17/2018).

— Nossos produtos chegarão aos mercados asiáticos com preços competitivos.



Pedro França/Agência Senado

## Hélio José celebra os 47 anos de Ceilândia, no DF

Hélio José (Pros-DF) criticou em Plenário, na quarta-feira, a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

Na terça-feira, o senador destacou as comemorações dos 47 anos de Ceilândia, cidade do Distrito Federal.

— Ceilândia é a segunda casa de nordestinos que vivem fora da região natal, atrás apenas do estado de São Paulo.



Pedro França/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Vetos a Funrural e Refis de pequenas empresas estão na pauta da semana

Congresso se reúne amanhã para votar, entre outros, os vetos de Temer ao perdão da multa sobre dívidas dos produtores rurais e ao programa de refinanciamento de débitos para microempresários

DEZESSEIS VETOS ESTÃO na pauta da sessão conjunta do Congresso Nacional marcada para amanhã, às 14h30. A prioridade, segundo o presidente do Congresso, Eunício Oliveira, é votar os vetos ao Funrural e ao Refis das pequenas e microempresas. Outra sessão será marcada para o dia 10 com o objetivo de votar outros vetos, entre eles o que atinge o projeto de reformulação da carreira de agentes comunitários de saúde.

Ao sancionar a lei que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural para débitos com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), o presidente da República, Michel Temer, rejeitou uma série de dispositivos. A análise desse veto tem sido reivindicada por parlamentares. Há duas semanas, Eunício recebeu integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que pediram a votação.

Entre os trechos vetados, está o perdão de multas sobre as dívidas dos produtores. Outro trecho vetado tratava da redução de contribuições dos empregadores à Previdência. De acordo com o projeto de lei original, a contribuição mais baixa diminuiria de 2,5% para 1,7% da receita proveniente da comercialização dos produtos.

Outro veto que está na pauta e tem gerado manifestações dos parlamentares é ao PLC 164/2017 — Complementar, que instituiu o Refis para pequenas e microempresas. O programa de refinanciamento, permitido às empresas optantes pelo Simples (regime sim-

plificado de tributação), havia sido aprovado pelo Senado no final de 2017. O texto abrangia débitos vencidos até novembro de 2017 e exigia pagamento de no mínimo 5% do valor da dívida, sem descontos, em até cinco parcelas mensais. O restante poderia ser quitado em até 175 parcelas, com redução de 50% dos juros, 25% das multas e 100% dos encargos legais.

O veto de Temer foi ao projeto inteiro. A justificativa é que a medida feria a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não prever a origem dos recursos que cobriam os descontos. À época da aprovação do projeto, Eunício disse que o texto atendia ao apelo de pequenos empresários e seria de grande ajuda para as pequenas empresas.

Também devem ser analisados vetos parciais ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) e ao regime especial de importação de bens usados na exploração e produção de petróleo e gás natural.

## Fundo Partidário

A pauta tem ainda o veto a um projeto que facilita o pagamento de emendas parlamentares. O artigo vetado impedia o contingenciamento do Fundo Partidário. Pela regra vigente, a União pode cortar parte do dinheiro destinado aos partidos políticos. No texto aprovado pelo Congresso mas vetado por Temer, todos os recursos definidos no Orçamento para os partidos seriam preservados, sem possibilidade de corte.

## Senadores condenam intolerância política

O ataque à caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alvejada por tiros no Paraná, e as ameaças à família do relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, tiveram grande repercussão no Senado na quarta-feira.

Em entrevista, o presidente da Casa, Eunício Oliveira, disse que os dois casos são ameaças à democracia e que é preciso punir os culpados.

— Temos que fazer com que a democracia prevaleça, que as divergências aconte-

çam num sistema civilizado.

Vários senadores se manifestaram em Plenário. Cristovam Buarque (PPS-DF) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediram formalmente que o Senado faça uma sessão temática, suprapartidária e com a participação de representantes da sociedade civil, para discutir que impactos pode ter o aumento da intolerância política no futuro da democracia brasileira, especialmente já a partir das eleições deste ano.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é “estrangeiro” que agentes políticos minimizem a gravidade de atentados, quando eles são direcionados a adversários.

— Atirar num adversário político é fascismo, não é possível sermos condescendentes com isso.

Dário Berger (PMDB-SC) disse que considera o quadro de extrema gravidade, fruto, a seu ver, de uma sociedade “que perdeu o rumo e a esperança no futuro”.

### Para Cristovam, violência anula democracia

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse na terça-feira estar preocupado com as agressões à caravana de Lula no Sul. Ele acredita que, se há violência no processo eleitoral, a democracia “vira apenas aparência”.

Já na quarta-feira, o senador anunciou que o PPS não concorrerá à Presidência para não “dividir candidaturas lúcidas”.



Pedro França/Agência Senado

### Vanessa critica atos violentos contra caravana de Lula

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) condenou na terça-feira os atos de violência contra a caravana de Lula. Ela criticou parlamentares que estariam incentivando as agressões e disse que é preciso buscar entendimento e diálogo, e não incentivar a violência.

Em discurso na quarta-feira, a senadora defendeu o direito de greve dos professores do Amazonas.



Pedro França/Agência Senado

### Ana Amélia diz que não incitou violência contra petistas

Ana Amélia (PP-RS) disse em Plenário que condena qualquer tipo de violência e que não pode ser usada como bode expiatório dos ataques contra a caravana do PT.

A senadora explicou que usou “força de expressão” ao falar sobre manifestações contra Lula no Sul e afirmou que os episódios refletem a insatisfação da população com os governos petistas.



Pedro França/Agência Senado

### Alckmin agiu de forma irresponsável, afirma Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou os políticos que relativizaram ou incentivaram a violência contra a caravana do ex-presidente Lula.

Na avaliação da senadora, veículos da grande mídia e discursos irresponsáveis de alguns parlamentares e políticos, como o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, alimentam a violência e o ódio.



Pedro França/Agência Senado

### Medeiros recomenda debate no lugar de enfrentamento

José Medeiros (Pode-MT) pediu a quem é contrário a Lula que evite o enfrentamento. Em Plenário, na quarta-feira, ele defendeu o debate de qualidade, com números que atestam a incapacidade do PT.

Na terça, o senador criticou o grupo JBS, que comprou empresas com dinheiro do BNDES, fechando postos de trabalho.



Pedro França/Agência Senado

### Alvaro: caravanas do PT são feitas para afrontar a Justiça

Alvaro Dias (Pode-PR) disse que, se o STF extinguir a prisão a partir da condenação em 2ª instância, haverá grave retrocesso a partir do julgamento de um habeas corpus movido por Lula. Segundo Alvaro, as caravanas do ex-presidente pelo país são feitas para afrontar a Justiça, pois os “brasileiros decentes” não o reconhecem como um pré-candidato à Presidência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Malta defende redução da maioria penal

Ao se solidarizar com a família do policial militar Afonso Miller, de 23 anos, que morreu na terça-feira, Magno Malta (PR-ES) defendeu a redução da maioria penal.

Miller foi baleado em Vila Velha (ES) e dois menores são suspeitos de terem atirado.

— De cada dez assassinatos no Brasil, sete têm um homem travestido de criança.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Ricardo Ferraço cobra votação sobre neutralidade da web

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) cobrou na quarta-feira a votação pela Câmara de um projeto de sua autoria que altera o Marco Civil da Internet para proibir os planos de franquias de dados, que poderiam acabar com a neutralidade da rede no país.

— Nada justifica o adiamento dessa votação. É ela que vai garantir uma internet livre e acessível para todos.



Pedro França/Agência Senado

### Bezerra lamenta trânsito do Recife no horário de pico

Recife tem o pior trânsito do país no horário de pico, segundo o Índice 99 de Tempo de Viagem (ITV 99), disse Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) na quarta-feira.

— Nesse quadro preocupante da mobilidade urbana, toda a população sofre e paga um preço alto, seja o trabalhador, seja o estudante, a dona de casa, o empresário.



Pedro França/Agência Senado

### Ivo Cassol acusa governo de RO de superfaturar obra

Ivo Cassol (PP-RO) acusou na quarta-feira o governo de Rondônia de ter superfaturado o projeto das obras de saneamento do PAC em Porto Velho em mais de R\$ 200 milhões. O senador já havia afirmado na terça-feira que o estado está “atolado em falta de gestão, competência e credibilidade”, com prejuízos para a população.



Pedro França/Agência Senado

### Wellington celebra criação de universidade

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou a sanção pela Presidência da República do projeto que cria a Universidade Federal de Rondonópolis. Segundo ele, desde 2008, quando o Conselho da Universidade Federal de Mato Grosso acatou a proposta de emancipação do campus de Rondonópolis, a região acalentava a chegada deste momento.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Ascensão e queda do Patriarca da Independência

José Bonifácio, morto há 180 anos, acaba de ganhar homenagem do governo. Documentos do Senado revelam uma carreira abreviada por causa de intrigas políticas

Ricardo Westin

NA SEXTA-FEIRA, FARÁ 180 anos que morreu José Bonifácio de Andrada e Silva. Conselheiro de Pedro I, foi ele quem encorajou o inexperiente príncipe de 23 anos a afrontar Portugal e declarar o Brasil independente.

Como reconhecimento, o governo acaba de conceder-lhe o título de Patrono da Independência. A lei se origina de um projeto que o Senado aprovou em dezembro. O título se soma ao célebre epíteto que já o consagrara em vida: Patriarca da Independência.

O Arquivo do Senado guarda documentos que mostram uma carreira brilhante, porém breve. Bonifácio chegou rápido ao entorno da Coroa e foi derrubado com igual velocidade. Sua ascendência sobre os dois imperadores do Brasil despertou ciúmes e inimigos.

Entre tornar-se ministro de Pedro I e ser banido do Brasil, passaram-se apenas dois anos. De volta ao país, foi nomeado tutor do menino Pedro II, mas dois anos depois já estava fora do palácio.

Em 1822, às vésperas da Independência, Bonifácio assumiu o Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiros, onde criou a Marinha, para o caso de uma reação portuguesa ao grito de Ipiranga, e negociou com o mundo o reconhecimento do país.

O ministro providenciou a reforma da Cadeia Velha para abrigar a Assembleia Geral, que se reuniu em 1823 para elaborar as primeiras leis do Brasil independente. Ele próprio se elegeu deputado.

Um dos projetos mais discutidos na Assembleia foi o da pena de morte para quem se insurgisse contra a Independência. Segundo papéis do Arquivo do Senado, Bonifácio defendeu o texto:

— Quem chamaria de bárbaro um projeto que busca destruir as maquinações de Portugal e sustentar os direitos do Brasil? A nação nos pediria contas de cada gota de sangue brasileiro derramado por não termos tomado as cautelas convenientes.

## Fim da escravidão

Ousado, o deputado apresentou dois projetos de lei que contrariaram a elite: um previa a extinção da escravidão negra e o outro incentivava a incorporação dos índios à sociedade. Bonifácio vivera 30 anos na Europa e se incomodava com o atraso do Brasil.

Defendeu a reforma agrária, a preservação de rios e florestas, a abertura de universidades e a transferência da capital para o centro do país.

Da tribuna, Bonifácio argumentou que a primeira Constituição do Brasil, em gestação na Assembleia, deveria preservar a Monarquia.



Bonifácio encorajou Pedro I na Independência e apresentou Pedro II à ciência

A República seria um erro, pois provocaria uma disputa tão selvagem pelo poder que o Império acabaria pulverizado em vários países.

— Não concorrerei para a formação de uma Constituição demagógica. Há 14 anos que se dilaceram os povos da América espanhola, os quais saíram de um governo monárquico para estabelecer uma liberdade sem limites.

Pedro I odiou o projeto de Constituição. Ele esperava ganhar muito mais poderes. Em novembro de 1823, em resposta, fechou a Assembleia e expulsou Bonifácio do país.

Envenenado pela intriga dos desafetos de Bonifácio,

Pedro I já vinha se estranhando com o antigo mentor. Quando a Assembleia foi dissolvida, fazia meses que Bonifácio havia sido demitido do ministério.

O Patriarca da Independência se exilou na França. Anistiado, voltou para o Brasil em 1829. Não conseguiu ficar longe da política. Em 1831, passando por cima da mágoa, aceitou o convite de Pedro I para ser o tutor de Pedro II, de 5 anos. O imperador abdicava para voltar a Portugal, e a Regência governaria até Pedro II ter idade para subir ao trono.

O tutor precisava ser aprovado pelo Senado e pela Câmara, onde tinham assento muitos de seus velhos adversários. Eles fizeram de tudo para barrar a nomeação. Para o deputado Cunha Mattos (GO), o futuro monarca não precisava de tutor nenhum:

— Três regentes, seis ministros e os representantes da nação [deputados e senadores] estarão com a vista atenta sobre a sua augusta pessoa.

Bonifácio venceu as resistências e, em agosto de 1831,

prestou juramento no Senado, prometendo dedicar-se de corpo e alma à formação intelectual do futuro monarca.

É provável que a paixão de Pedro II pela ciência tenha sido plantada pelo tutor, que construíra uma notória carreira científica na Europa na virada do século.

Temendo que se repetisse com Pedro II a influência que Bonifácio tivera sobre Pedro I, os inimigos logo iniciaram uma campanha para derrubá-lo. O estopim, em abril de 1832, foi uma tentativa de invasão do Palácio Imperial para sequestrar Pedro II. O ministro da Justiça, padre Diogo Feijó, acusou Bonifácio de conivência e pediu à Câmara e ao Senado sua destituição.

— Àquela hora, a inocência do pupilo dormia e descansava sob a vigilância do tutor. Pode alguém não estremecer ao recordar-se de tão horrosa traição? A existência do tutor é perigosa à segurança do monarca — atacou o senador José Inácio Borges (PE).

— Entre o governo e o tutor há profunda inimizade — disse o senador José de Alencar (CE). — Para o sossego da pátria, uma das partes precisa se retirar. A Regência não pode. Deve, pois, sair o tutor.

## Ancião

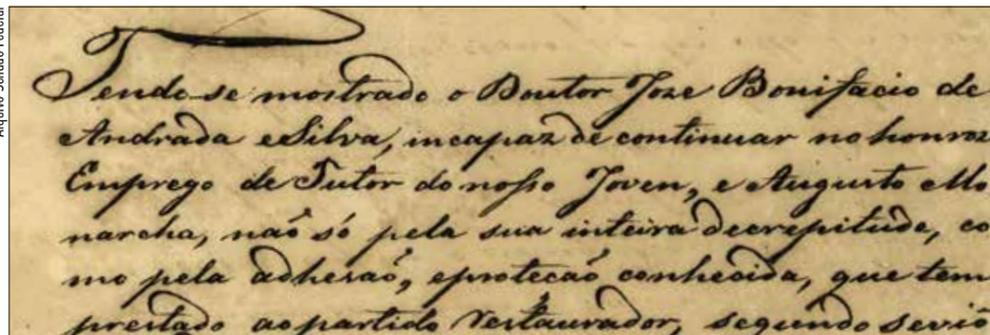
Chegou-se a citar a idade como razão para a destituição. Bonifácio tinha 69 anos, um ancião para a época.

O Senado salvou Bonifácio, mas não pôs fim à conspiração. No final de 1833, sem consultar a Assembleia, a Regência baixou um decreto derrubando o Patriarca da Independência. “Custou, mas demos com o colosso em terra”, comemorou, numa carta, o novo ministro da Justiça, Aureliano Coutinho.

Desiludido, Bonifácio viveu recluso na Ilha de Paquetá até morrer, em 6 de abril de 1838.

O Arquivo do Senado guarda inúmeras homenagens a Bonifácio, como a feita pelo senador Danton Jobim (MDB-Guanabara) em 1972:

— Ele desenhou com precisão e minúcia o roteiro do desenvolvimento nacional, levantando ou equacionando com clarividência problemas que agora tentamos resolver. Mais que político, ele era homem de Estado.



Senado guarda ofício de 1833 em que a Câmara Municipal de Vila do Príncipe (MG) pede à Assembleia que destitua tutor de Pedro II: Bonifácio é acusado de ser “incapaz”, dar sinais de “decrepitude” e apoiar restauração de Pedro I

## Bonifácio fez fama na Europa como cientista

Antes de tornar-se o Patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva já era famoso na Europa. Não como político, mas como cientista.

Por volta de 1800, após embrenhar-se em minas da Suécia e da Noruega, Bonifácio apresentou à comunidade científica nada menos do que 12 novos minerais. Pouco depois, um colega se aprofundaria nas descobertas e identificaria num daqueles minerais o lítio — elemento químico que hoje é matéria-prima de drogas psiquiátricas, propelentes de foguetes e baterias de

celulares. A andradita, mineral descoberto em 1868, foi assim batizada para homenagear o brasileiro.

Bonifácio nasceu em Santos, em 1763. Como no Brasil não havia universidade, ele teve que mudar-se para Portugal, onde se diplomou em filosofia e direito. Do governo português, ganhou uma bolsa para estudar mineralogia nos países mais adiantados da Europa. A viagem durou dez anos, e Bonifácio se associou a academias científicas de diversos países. De volta a Portugal, o rei o incumbiu de cuidar de minas, florestas, rios, fundições e até obras públicas.



Pesquisa de “Monsieur d’Andrada” publicada em 1792 em revista francesa de química

Em 1819, aos 56 anos, ele retornou para o Brasil. Bonifácio só queria aproveitar a aposentadoria em paz, no seu sítio em Santos. O destino, entretanto, reservava-lhe algo bem maior.

Saiba mais sobre José Bonifácio: [obraboronifacio.com.br](http://obraboronifacio.com.br)  
Todas as reportagens do Arquivo S: [bit.ly/arquivoS](http://bit.ly/arquivoS)